

RESENHA

PICCOLO. Gustavo. **Por um Pensar Sociológico Sobre a Deficiência**. Curitiba: Appris Editora, 2015.

Larissa Ribeiro Claro Fausto¹

O autor inicia a apresentação de seu trabalho anunciando assumir a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, ou seja, Gustavo Piccolo produz seu trabalho à luz da análise da visão de mundo crítica, que se estabelece com a centralidade da categoria das classes sociais, para buscar compreender o fenômeno social da deficiência. Apresenta o trabalho a partir da perspectiva da pessoa com deficiência como sujeito do processo e só a partir daí acaba por encontrar um corpo teórico que encontre relação ou não reproduza a compreensão estigmatizada aludindo à deficiência como a representação unilateral de supostas incapacidades. Nota-se aqui a preocupação com a narrativa do materialismo histórico, ficando evidente que questionamentos sobre concepções de mundo, sobre a dinâmica da realidade acabam por anteceder a estruturação metodológica. Descreve inicialmente a relação capitalismo x sociedade x deficiência. Compreende-se, em sua obra, que estamos rendidos em uma sociedade estruturalmente definida como capitalista, com uma autoprodução e subordinação de vida aos interesses do capital e de sua lógica. E isso não é diferente em relação às pessoas com deficiência. O homem é considerado um ser histórico, dialético e adaptável. O questionamento que nos aparece é, se, para a pessoa com deficiência essa consideração é igualmente pertinente? Para teóricos e estudiosos, que atuam na abordagem de natureza histórica, a deficiência, por sua aparência é representada como uma tragédia e uma limitação pessoal.

¹ Licenciada em Educação Física, Professora da Rede Estadual Paulista de Educação, Membro do Instituto de Pesquisas e promoção de Direitos Humanos, pesquisadora do Grupo de Estudos PAIDEIA, Mestranda em Educação FE UNICAMP. Contato: larissarcf1@hotmail.com Currículo Plataforma Lattes - <http://lattes.cnpq.br/6557137907717986>

A menção de Abberley (1987) sobre a precariedade do pensar sociológico sobre deficiência se torna uma referência. A partir daí, viu-se na posição de usar sua condição sobre a deficiência para abordar o tema, uma vez que apenas o pensamento médico era colocado diante da deficiência. Isso porque, a ideia sociológica sobre deficiência estava completamente integrada ao pensamento médico. A partir dessa nova leitura, vemos o nascimento do modelo social e do pensar sociológico sobre a deficiência. Outro autor que é apresentado no texto é Barnes, também considerado como um dos fundadores do pensamento social. Um ponto que nos chama a atenção é a intencionalidade de apresentar um novo entendimento e destacar novas dimensões à deficiência conforme demonstrado por OLIVER, 1986. A escrita e os relatos de deficientes sobre suas deficiências e suas experiências assume a forma de ponto importante para que se criasse uma preocupação de natureza psicológica. Criou-se, então, a grande necessidade de que outras áreas também estudassem a deficiência, uma vez que apenas os modos analíticos, médicos e biológicos, não dariam conta de sua complexidade. Aqui compreendemos o termo “Disability Studies”, que projeta um novo conceito no campo de estudos sobre a deficiência e finda a visão única acerca da historicidade da deficiência.

O autor inicia o Estado da Arte e efetiva a pesquisa em diversas plataformas sobre a deficiência, com ênfase na Sociologia, seu intuito é fazer um levantamento das produções sobre o fenômeno da deficiência materializadas nessa área. O resultado não é satisfatório, nos mostra os poucos trabalhos dentro da sociologia, e a precariedade sobre o “Disability Studies”. Sua premissa é que: *“A deficiência é vista pelos sociólogos sob uma ossatura esculpida pelos vértices da natureza, um tema pré ou pouco sociológico, não digno de nota, composição tácita que acentua sobremaneira a validade em se oferecer subsídios e contributos a um pensar social sobre a deficiência”*. Devido ao número baixo de trabalhos localizados e de pesquisas satisfatórias na área, o autor afirma que o tema da deficiência é ignorado.

Na parte que trata da construção do modelo social da deficiência, o autor aponta a falta de estudos estruturais e completos sobre a deficiência até meados da década de 1970. Movimentos sociais foram percebidos em maio de 1968 por

toda parte da Europa, esses movimentos se articularam de forma a influenciar na constituição social voltada à pessoa com deficiência daqueles países. Esse movimento jovem, que perpassou os anos e hoje ainda se faz presente, deu notoriedade à mulher, aos negros e às lutas pelos direitos dos homossexuais. Através do movimento Maio de 68 Parisiense é notada uma articulação política dos movimentos das pessoas com deficiência por quase todo o mundo. Seus temas permeiam todas as questões políticas e sociais e dão início a discussões de acesso do deficiente à sociedade.

O autor ainda nos coloca a pensar sobre nosso dever com a história, especialmente vinculados à pessoa com deficiência, como o direito de reivindicarem a serem autores de sua própria história, superando as escritas habituais da tragédia pessoal. A deficiência já foi tida como um drama pessoal ou familiar, com explicações religiosas que a aproximam ora do infortúnio, ora da bênção divina em quase todas as sociedades (LAKSHMI, 2008). Ainda sobre a tragédia pessoal, percebemos que o termo *tragédia* nos é apresentado como algo que poderia ou deveria ser evitado, ou até mesmo contornado, no entanto, essa realidade poderia ser tratada, curada, algo que a fizesse findar de uma vez por todas. Sendo considerado um modelo patológico, pode se compreender que a referência entre Modelo Médico da Deficiência ou Modelo da Tragédia Pessoal, se fundem e desenvolvem a ideia da incapacidade pessoal e corporificam a medicalização, além de lidar com o processo de forma individualizada e apartada. De forma sutil é possível notar a intenção da ideia explícita no texto, percebe-se a intencionalidade de nos direcionar para a reflexão de que a sociedade acaba por criar suas próprias representações de lesão, formando um pensar de um modelo social voltado à tragédia pessoal. Com base nos momentos e movimentos a partir do maio parisiense (1968), o autor nos mostra o quão era necessário a pesquisa e criação de uma literatura que pudesse reforçar os movimentos sociais e suas lutas pelos direitos sociais.

No início da década de 1970 surgiram os grupos de Disability Rights Movement. Esse movimento político lutava pelo direito da pessoa com deficiência, exigindo a garantia de oportunidades e de direitos iguais. Barnes (2007) aponta que a ideia de autonomia e vida independente para as pessoas com deficiência

evoluiu no interior dos movimentos sociais organizados pelos deficientes. Um ponto que nos chama a atenção é a semelhança da classificação do deficiente acerca do trabalho, com os dias atuais. Nesse ponto, o autor deixa ideias de destaque sobre o método de classificação para o trabalho, não levando em conta as situações e os meios que esse trabalho seria feito. Ainda em nosso meio social, a inclusão de deficientes no mercado de trabalho depende muito de ações, iniciativas e projetos públicos de inclusão, sem eles, e sem a disseminação desses projetos, o deficiente fica cada vez mais distante de se solidificar no meio do mundo do trabalho. Uma reflexão valiosa inserida pelo autor é o quão importante são as discussões e os espaços abertos para os deficientes, sem esses espaços não conseguimos acolher seus anseios e nem pensar de forma reflexiva acerca do papel da inclusão na sociedade. Podemos notar movimentos de ocupação de espaços e de voz aos deficientes, e historicamente as UPIAs (Union of the Physically Impaired Against Segregation) que em 1972 foi formada através de Paul Hunt, que após enviar uma carta ao *The Guardian*, convidando pessoas deficientes a se juntarem e defenderem seus direitos enquanto pessoas humanas, deu início a uma nova reflexão, o conceito de deficiência voltado à relação da pessoa com o meio social, deixando a classificação patológica, ou o conceito médico para trás. Nessa parte o autor expõe os “Princípios Fundamentais da Deficiência”, principal documento publicado pelas UPIAs.

Após uma década da publicação do pensamento de Hunt, as UPIAs publicam a distinção a definição entre a incapacidade/lesão e deficiência. Esses termos e definições se tornam o cerne do Disability Studies. Para as UPIAs, a incapacidade/lesão é vista como falta de parte ou totalidade de um membro, refere-se à condição biofísica do indivíduo (alusão ao modelo médico); já a deficiência, desvantagem ou restrição causada por uma organização social que não leva em conta as diferenças entre indivíduos, excluindo-a de atividades sociais. Pensamos então a deficiência como algo imposto pela sociedade contemporânea, se houvesse adaptações reais, meios e inclusão para os deficientes (aqui, os deficientes físicos conforme informam o texto), não teríamos deficientes em nossa sociedade, ou seja, assim como somos diferentes um dos outros, mas conseguimos alcançar os objetivos diários, os deficientes também

teriam essa possibilidade. As diferenças entre o Modelo Individual sempre mais médico e isolado, transforma a deficiência em um fardo carregado apenas pelo deficiente, ou seja, a deficiência é sua, o problema é seu. Já o Modelo Social é mais acolhedor, a sua compreensão está na sociedade, em como a sociedade trata, acolhe e responsabiliza essa deficiência, como uma responsabilidade compartilhada. O Psicólogo sul africano, Finkelstein (1980), um dos criadores das UPIAs e ativista pela deficiência, nos apresenta que a deficiência é resultado do aparecimento da sociedade industrial, acompanhando a emergência do capitalismo.

A partir das experiências sociais sobre a deficiência, o autor expõe três tipologias distintas, a fase 1, que corresponde ao período pré Revolução Industrial, no qual imperava o feudalismo. Nesse período as pessoas deficientes, não seriam encaixados nesse estereótipo, não estariam segregadas, uma vez que o trabalho nesse meio social, de maioria agrícola e artesanal, não era tão complexo, além de serem vistas como contribuintes no processo de produção da riqueza social. Na fase 1, nota-se que mesmo com as dificuldades, e a inviabilização de um melhor futuro, a condição da deficiência se abatia em todos. Já a fase 2 é uma nova escala de produção industrial instituída pelo poder da burguesia. Reduziu-se drasticamente a participação dos deficientes nas indústrias por conta de sua própria condição, aliado ao fato das grandes distâncias que ficavam as indústrias. O corpo perfeito era almejado aqui, e era o que tinha espaço nas grandes produções, podemos perceber também que, os asilos, e os manicômios, tiveram sua origem aqui. Fase 3, nesta fase, a condição limitadora da fase 2 perpassa para a modernidade e essa nova sociedade acaba por desabilitar o sujeito. Com o avanço da tecnologia, notamos uma acomodação para todas as formas de diferença.

Para Finkelstein (2001), após duras críticas sobre o seu trabalho, as pessoas deficientes não querem serem vistas como “normais”, até porque essa condição já não é alcançável e a própria normalidade, como conceito, os inferioriza. O anseio é que os meios sejam transformados, tanto físico como social, para a superação de suas necessidades. O modelo social se deu pela afirmação de que a principal causa da exclusão social enfrentada por pessoas

com deficiência seria o modo como a sociedade reage e enfrenta as deficiências. O conceito de modelo social, parte da ideia da deficiência como um fator social. De forma ontológica, as investigações surgem de forma acadêmica, a fim de substituir o modelo biológico anterior. Para o Disability Studies, a separação entre lesão e deficiência acaba se corporificando. Destaca que *“Explicar a condição de opressão impressa sobre os deficientes em razão de perdas de habilidades provocadas por lesões ou qualquer desorganização biológica era confundir lesão e deficiência, tal como sexo e gênero”* (Piccolo · 2013). Ou ainda - *“Deficiência é um produto material e simbólico da sociedade, enquanto lesão pode ser entendida como expressão biológica humana”* (Piccolo · 2013).

Para esta resenha, consideramos que a análise mais profunda que faremos a partir daqui será a realidade biológica da deficiência, ou seja, uma das quatro críticas do modelo social da deficiência. A reflexão inicial apresentada pelo autor é o fato da opressão enfrentada pela pessoa deficiente, opressão essa fundamentada nos preceitos do capitalismo dominante no qual a pessoa deficiente é apartada da sociedade, tornando essa opressão uma suposta manifestação do estado natural da humanidade. O tema ainda requer estudos profundos e novos movimentos teóricos acerca do modelo social, fazendo-o presente em debates acadêmicos e sociais, nos espaços de enfrentamento cultural e político, além de trazer a superação do mito do perfeito modelo corporal estético, ainda presente no capitalismo.

Trata-se de uma obra didática, com uma análise histórica e política sobre a temática da Deficiência e sua produção social e política. Como estudo propedêutico poderá ser importante referência para estudos históricos e para conceituações basilares no campo do estudo sobre as Deficiências.